

### **Apoios financeiros**

#### **17. Atribuição de apoios financeiros a freguesias.**

Submetem-se, à apreciação do Executivo Municipal, com vista à aprovação da Assembleia Municipal, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 23.º, alínea j) do n.º 1 do art.º 25º e alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33.º, todos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, as seguintes propostas de atribuição de apoios financeiros:

- a) **União das Freguesias de Lomar e Arcos**, no valor de **3 100,00€**, para apoiar a “Substituição de abrigo de passageiros - Lomar”
- b) **União das Freguesias de Ferreiros e Gondizalves**, no valor de **24 145,74€**, para apoiar a “Remodelação no exterior do edifício da sede da Junta de Ferreiros”
- c) **União das Freguesias de Arentim e Cunha**, no valor de **10 874,74€**, para apoiar a “Desvio do saneamento da escola EB1/Polidesportivo – Arentim”
- d) **União das Freguesias de Crespos e Pousada**, no valor de **4 717,00€**, para apoiar a “Pintura do Cemitério de Crespos”
- e) **União De Freguesias de Merelim S. Paio, Panoias e Parada de Tibães**, no valor de **4 857,42€ (quatro mil oitocentos e cinquenta e sete euros e quarenta e dois cêntimos)**, para a Execução de Ramal de Abastecimento de Água na horta biológica de Parada de Tibães.

Tudo de acordo com a informação constante nos respetivos processos.

## PROPOSTA DE APOIO FINANCEIRO

### **ASSUNTO: SUBSTITUIÇÃO DE ABRIGO DE PASSAGEIROS - LOMAR**

Considerando o regime jurídico das autarquias locais, o estatuto das entidades intermunicipais, o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e o regime jurídico do associativismo autárquico que foi aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando que o artigo 23º do referido diploma legal preceitua que constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias;

Considerando que as freguesias desempenham um papel fundamental e decisivo na prossecução dos interesses próprios das populações;

Considerando que estas dispõem de atribuições e competências próprias em domínios bastante diversificados e a escassez dos meios à sua disposição;

Considerando que o artigo 25º, nº 1, alínea j) da citada Lei nº 75/2013 estatui que compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações;

Considerando que o artigo 33º, nº 1, alínea ccc) da mesma Lei estabelece que compete à Câmara Municipal, apresentar propostas à Assembleia Municipal, sobre matérias da competência desta;

Considerando que a União de Freguesias de **LOMAR E ARCOS** solicitou o apoio desta Câmara Municipal para a **Substituição de abrigo de passageiros em Lomar** tendo apresentado o respetivo orçamento.

Considerando que Divisão de Coesão Territorial e Acompanhamento das Freguesias, procedeu à validação do orçamento apresentado, no valor de **3 100.00€** incluído o valor do IVA à taxa legal.

Considerando o interesse público de que esta obra se reveste, uma mais valia para a população da Freguesia,

### **PROPONHO**

Em conformidade com as respetivas normas e no estrito respeito dos princípios que norteiam a atividade administrativa, concretamente o princípio da legalidade previsto no artigo 3º do Código do Procedimento Administrativo, que o Executivo Municipal, **ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1, do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, delibere no sentido de apresentar à Assembleia Municipal, a atribuição do apoio à União de Freguesias de LOMAR E ARCOS no valor de 3 100,00€ (três mil e cem euros)** de acordo com a seguinte previsão de repartição anual de encargos:

**a) Em 2024, um valor de 3 100,00€ (três mil e cem euros)**

O montante da repartição de encargos, sem mais formalidades, será ajustado à efetiva execução da obra, tendo por limite máximo o valor do apoio financeiro atribuído.

A ser aprovada esta proposta, após a realização dos trabalhos, para os quais será concedido o presente Apoio Financeiro, a verba em apreço será paga mediante a sua comprovação através duma inspeção ao local por um Técnico e apresentação da respetiva fatura por parte da União de Freguesias de **LOMAR E ARCOS**.

O cumprimento dos requisitos legais e regulamentares aplicáveis a que se destina a verba é da exclusiva responsabilidade da União de Freguesias de **LOMAR E ARCOS**.

Braga, 22 abril de 2024

O Presidente da Câmara Municipal de Braga

---

*(Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)*

## PROPOSTA DE APOIO FINANCEIRO

**ASSUNTO:** REMODELAÇÃO NO EXTERIOR DO EDIFÍCIO DA SEDE DA JUNTA DE FERREIROS

Considerando o regime jurídico das autarquias locais, o estatuto das entidades intermunicipais, o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e o regime jurídico do associativismo autárquico que foi aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando que o artigo 23º do referido diploma legal preceitua que constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias;

Considerando que as freguesias desempenham um papel fundamental e decisivo na prossecução dos interesses próprios das populações;

Considerando que estas dispõem de atribuições e competências próprias em domínios bastante diversificados e a escassez dos meios à sua disposição;

Considerando que o artigo 25º, nº 1, alínea j) da citada Lei nº 75/2013 estatui que compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações;

Considerando que o artigo 33º, nº 1, alínea ccc) da mesma Lei estabelece que compete à Câmara Municipal, apresentar propostas à Assembleia Municipal, sobre matérias da competência desta;

Considerando que a União de Freguesias de **FERREIROS E GONDIZALVES** solicitou o apoio desta Câmara Municipal para a **Remodelação no exterior do edifício da sede da Junta de Ferreiros** tendo apresentado o respetivo orçamento.

Considerando que Divisão de Coesão Territorial e Acompanhamento das Freguesias, procedeu à validação do orçamento apresentado, no valor de **24 145,74€** incluído o valor do IVA à taxa legal.

Considerando o interesse público de que esta obra se reveste, uma mais valia para a população da Freguesia,

### **PROPONHO**

Em conformidade com as respetivas normas e no estrito respeito dos princípios que norteiam a atividade administrativa, concretamente o princípio da legalidade previsto no artigo 3º do Código do Procedimento Administrativo, que o Executivo Municipal, **ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1, do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, delibere no sentido de apresentar à Assembleia Municipal, a atribuição do apoio à União de Freguesias de FERREIROS E GONDIZALVES no valor de 24 145,74€ (vinte e quatro mil, cento e quarenta e cinco euros e setenta e quatro cêntimos), de acordo com a seguinte previsão de repartição anual de encargos:**

- a) Em 2024, um valor de 24 145,74€ € (vinte e quatro mil, cento e quarenta e cinco euros e setenta e quatro cêntimos)**

O montante da repartição de encargos, sem mais formalidades, será ajustado à efetiva execução da obra, tendo por limite máximo o valor do apoio financeiro atribuído.

A ser aprovada esta proposta, após a realização dos trabalhos, para os quais será concedido o presente Apoio Financeiro, a verba em apreço será paga mediante a sua comprovação através duma inspeção ao local por um Técnico e apresentação da respetiva fatura por parte União de Freguesias de **FERREIROS E GONDIZALVES**.

O cumprimento dos requisitos legais e regulamentares aplicáveis a que se destina a verba é da exclusiva responsabilidade da União de Freguesias de **FERREIROS E GONDIZALVES**.

Braga, 22 de abril de 2024

O Presidente da Câmara Municipal de Braga

---

*(Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)*

## PROPOSTA DE APOIO FINANCEIRO

**ASSUNTO:** DESVIO DO SANEAMENTO DA ESCOLA EB1/POLIDESPORTIVO – ARENTIM

Considerando o regime jurídico das autarquias locais, o estatuto das entidades intermunicipais, o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e o regime jurídico do associativismo autárquico que foi aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando que o artigo 23º do referido diploma legal preceitua que constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias;

Considerando que as freguesias desempenham um papel fundamental e decisivo na prossecução dos interesses próprios das populações;

Considerando que estas dispõem de atribuições e competências próprias em domínios bastante diversificados e a escassez dos meios à sua disposição;

Considerando que o artigo 25º, nº 1, alínea j) da citada Lei nº 75/2013 estatui que compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações;

Considerando que o artigo 33º, nº 1, alínea ccc) da mesma Lei estabelece que compete à Câmara Municipal, apresentar propostas à Assembleia Municipal, sobre matérias da competência desta;

Considerando que a União de Freguesias de **ARENTIM E CUNHA** solicitou o apoio desta Câmara Municipal para o **Desvio do saneamento da escola EB1/Polidesportivo – Arentim** tendo apresentado o respetivo orçamento.

Considerando que Divisão de Coesão Territorial e Acompanhamento das Freguesias, procedeu à validação do orçamento apresentado, no valor de **10 874,74€** incluído o valor do IVA à taxa legal.

Considerando o interesse público de que esta obra se reveste, uma mais valia para a população da Freguesia,

### **PROPONHO**

Em conformidade com as respetivas normas e no estrito respeito dos princípios que norteiam a atividade administrativa, concretamente o princípio da legalidade previsto no artigo 3º do Código do Procedimento Administrativo, que o Executivo Municipal, **ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1, do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, delibere no sentido de apresentar à Assembleia Municipal, a atribuição do apoio à União de Freguesias de ARENTIM E CUNHA no valor de 10 874,74€ (dez mil oitocentos e setenta e quatro euros e setenta e quatro cêntimos)**, de acordo com a seguinte previsão de repartição anual de encargos:

- a) Em 2024, um valor de 10 874,74€ (dez mil oitocentos e setenta e quatro euros e setenta e quatro cêntimos)**

O montante da repartição de encargos, sem mais formalidades, será ajustado à efetiva execução da obra, tendo por limite máximo o valor do apoio financeiro atribuído.

A ser aprovada esta proposta, após a realização dos trabalhos, para os quais será concedido o presente Apoio Financeiro, a verba em apreço será paga mediante a sua comprovação através duma inspeção ao local por um Técnico e apresentação da respetiva fatura por parte da União de Freguesias de **ARENTIM E CUNHA**.

O cumprimento dos requisitos legais e regulamentares aplicáveis a que se destina a verba é da exclusiva responsabilidade da União de Freguesias de **ARENTIM E CUNHA**.

Braga, 22 de abril de 2024

Presidente da Câmara Municipal de Braga

---

*(Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)*

## PROPOSTA DE APOIO FINANCEIRO

### **ASSUNTO: PINTURA DO CEMITÉRIO DE CRESPOS**

Considerando o regime jurídico das autarquias locais, o estatuto das entidades intermunicipais, o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e o regime jurídico do associativismo autárquico que foi aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando que o artigo 23º do referido diploma legal preceitua que constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias;

Considerando que as freguesias desempenham um papel fundamental e decisivo na prossecução dos interesses próprios das populações;

Considerando que estas dispõem de atribuições e competências próprias em domínios bastante diversificados e a escassez dos meios à sua disposição;

Considerando que o artigo 25º, nº 1, alínea j) da citada Lei nº 75/2013 estatui que compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações;

Considerando que o artigo 33º, nº 1, alínea ccc) da mesma Lei estabelece que compete à Câmara Municipal, apresentar propostas à Assembleia Municipal, sobre matérias da competência desta;

Considerando que a União de Freguesias de **CRESPOS E POUSADA** solicitou o apoio desta Câmara Municipal para a **Pintura do Cemitério de Crespos** tendo apresentado o respetivo orçamento.



Considerando que Divisão de Coesão Territorial e Acompanhamento das Freguesias, procedeu à validação do orçamento apresentado, no valor de **4 717,00€** incluído o valor do IVA à taxa legal.

Considerando o interesse público de que esta obra se reveste, uma mais valia para a população da Freguesia,

### **PROPONHO**

Em conformidade com as respetivas normas e no estrito respeito dos princípios que norteiam a atividade administrativa, concretamente o princípio da legalidade previsto no artigo 3º do Código do Procedimento Administrativo, que o Executivo Municipal, **ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1, do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, delibere no sentido de apresentar à Assembleia Municipal, a atribuição do apoio à União de Freguesias de CRESPOS E POUSADA no valor de 4 717,00€ (quatro mil, setecentos e dezassete euros)**, de acordo com a seguinte previsão de repartição anual de encargos:

**a) Em 2024, um valor de 4 717,00€ (quatro mil, setecentos e dezassete euros)**

O montante da repartição de encargos, sem mais formalidades, será ajustado à efetiva execução da obra, tendo por limite máximo o valor do apoio financeiro atribuído.

A ser aprovada esta proposta, após a realização dos trabalhos, para os quais será concedido o presente Apoio Financeiro, a verba em apreço será paga mediante a sua comprovação através duma inspeção ao local por um Técnico e apresentação da respetiva fatura por parte da União de Freguesias de **CRESPOS E POUSADA**.

O cumprimento dos requisitos legais e regulamentares aplicáveis a que se destina a verba é da exclusiva responsabilidade da União de Freguesias de **CRESPOS E POUSADA**.

Braga, 22 de abril de 2024

Presidente da Câmara Municipal de Braga

---

*(Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)*

**Nº Informação:** 40215

**Data:** 23/04/2024

**Processo :**

## **PROPOSTA DE APOIO FINANCEIRO**

**Assunto:** EXECUÇÃO DE RAMAL DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA – RUA PEDROSO – HORTA BIOLÓGICA DE PARADA DE TIBÃES

Considerando o regime jurídico das autarquias locais, o estatuto das entidades intermunicipais, o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e o regime jurídico do associativismo autárquico que foi aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando que o artigo 23º do referido diploma legal preceitua que constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias;

Considerando que as freguesias desempenham um papel fundamental e decisivo na prossecução dos interesses próprios das populações;

Considerando que estas dispõem de atribuições e competências próprias em domínios bastante diversificados e a escassez dos meios à sua disposição;

Considerando que o artigo 25º, nº 1, alínea j) da citada Lei nº 75/2013 estatui que compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações;

Considerando que o artigo 33º, nº 1, alínea ccc) da mesma Lei estabelece que compete à Câmara Municipal, apresentar propostas à Assembleia Municipal, sobre matérias da competência desta;

Considerando que a União de Freguesias de **MERELIM S. PAIO, PANOIAS E PARADA DE TIBÃES** solicitou o apoio desta Câmara Municipal para a Execução de Ramal de Abastecimento de Água na horta biológica de Parada de Tibães, tendo apresentado o respetivo orçamento.

Considerando o interesse público de que esta intervenção se reveste, nomeadamente, uma mais valia para a população da freguesia, permitindo manter o funcionamento pleno da atividade aludida na referida

horta, promovendo costumes de ligação ao Mundo Rural, promoção do bem-estar e respetivo ganho ambiental,

#### PROPONHO

Em conformidade com as respetivas normas e no estrito respeito dos princípios que norteiam a atividade administrativa, concretamente o princípio da legalidade previsto no artigo 3º do Código do Procedimento Administrativo, que o Executivo Municipal, **ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1, do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, delibere no sentido de apresentar à Assembleia Municipal, a atribuição do apoio à União de Freguesias de MERELIM S. PAIO, PANOIAS E PARADA DE TIBÃES no valor de 4 857,42€ (quatro mil oitocentos e cinquenta e sete euros e quarenta e dois cêntimos).**

A ser aprovada esta proposta, após a realização dos trabalhos, para os quais será concedido o presente Apoio Financeiro, a verba em apreço será paga mediante a sua comprovação através duma inspeção ao local por um Técnico e apresentação da respetiva fatura por parte da União de Freguesias de **MERELIM S. PAIO, PANOIAS E PARADA DE TIBÃES.**

O cumprimento dos requisitos legais e regulamentares aplicáveis a que se destina a verba é da exclusiva responsabilidade da União de Freguesias de **ARENTIM E CUNHA.**

Braga, 23 de abril de 2024

O vereador do Ambiente da Câmara Municipal de Braga,

---

*(Eng. Altino Bessa)*